



Ata da 149ª, centésima quadragésima nona reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ de forma remota utilizando-se o link Google Meet em atendimento às determinações legais de prevenção à Covid-19, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros Adriana Cristina de Souza Faria, Braulio Elieser Santos da Silva (empossado), Carlos Augusto Zani, Danielle de Paula, Dayane Lisboa Azevedo Dayane Lisboa Azevedo, Edvaldo Ferreira, José Ricardo Vinhas, Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Renata Ramos Vieira, Reynaldo Bueno Prianti Neto, Sueli da Silva Alves da Cruz e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Evandro Paulino de Araújo (Justificado) e Rosimeire Godoy de Lima (Justificada). Também participaram da reunião a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva Carneiro, o advogado do IPMJ Dr. Francisco Caluza e a diretora de benefícios Sandra Pereira Rossi. A reunião teve início às 09h20 devido a problemas no link do aplicativo. A presidente após os cumprimentos de praxe, preliminarmente empossou o membro Braulio Elieser Santos da Silva, que substituiu o Sr. André Cintra Representante do Sindicato do SAAE, apresentou o novo assessor da presidência Sr. Luís Gustavo Ferreira Bonacina, e anunciou a pauta do dia conforme a convocação enviada aos conselheiros, esclarecendo os motivos da convocação extraordinária. Seguiu-se a pauta: 1- Apresentação da Política Anual de Investimentos 2022, com as alterações conforme Resolução 4.963/2021. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete Janeiro/2022) – houve uma inversão na pauta no momento das apresentações. O balancete do mês de janeiro/2022 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A assessora Fabíola apresentou o balancete destacando inicialmente que o balancete já foi apresentado ao Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável à aprovação, conforme documento disponibilizado ao Conselho Deliberativo. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, com destaque para os repasses das contribuições dos servidores ativos, esclarecendo que Prefeitura e Fundação Cultural, repassaram os valores referentes a dezembro e 13º, quanto ao SAAE este repassou um valor menor, referente ao pagamento de retroativo de férias, considerando que em dezembro SAAE, Regulação e Câmara, IPMJ repassaram o valor referente ao mês. Assim o mês de janeiro encerrou com a contribuição de R\$ 3.051.788,30 (três milhões, cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos). Quanto a receita patrimonial, só houve apontamento quanto ao repasse de rendimento de renda fixa, que totalizou o valor de R\$ 154.179,66 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos). Quanto as outras receitas correntes foram apontadas restituições de benefício no valor de R\$ 599.329,94 (quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos) referente ao repasse total do auxílio doença e salário família devido pela Prefeitura. Foi registrado o valor de R\$ 474.912,83 (quatrocentos e setenta e quatro reais, novecentos e doze reais e oitenta e três centavos, referente ao repasse do COMPREV, sendo registrado ainda os valores referentes aos honorários advocatícios da sucumbência do advogado e outras receitas próprias do IPMJ. Das receitas



intraorçamentárias destacou a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia no valor de R\$ 3.444.313,71 (três milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e setenta e um centavos), destacando que a alíquota da contribuição patronal é de 16% e do servidor de 14%. Quanto aos acordos de parcelamento, todos os 04 acordos foram repassados somando o valor de R\$ 1.420.798,88 (um milhão, quatrocentos e vinte mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos). Referente a alíquota suplementar esta foi repassada por todos somando o valor de R\$ 3.556.253,95 (três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos), sendo a alíquota de 16,52% no mês. O montante de receitas orçamentárias em janeiro/22 foi de 12.720.427,64 (doze milhões, setecentos e vinte mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos). Das receitas extraorçamentárias destacou que se tratam de valores retidos para repasse aos destinatários posteriormente, permanecendo fora do orçamento. Das despesas orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhado, liquidado, pago e a pagar; destacou as previdenciárias (aposentadorias, pensões e COMPREV) e as administrativas do instituto, conforme fixado na LOA. Os valores das despesas, verbalizados pela assessora, foram acompanhados pelos conselheiros, esclarecendo o posicionamento do PASEP no balancete, além de relatar as despesas executadas com a taxa administrativa. Em seguida destacou o resumo do balanço financeiro com os dados financeiros e patrimoniais, conforme as normas contábeis, tendo encerrado com R\$ 9.577.390,60 (nove milhões, quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa reais e sessenta centavos). Relativo as despesas extraorçamentárias a assessora explicou o registro do pagamento de despesa classificada como restos a pagar. Foi apresentado o demonstrativo da carteira de investimentos com todos os fundos, total de ativos em cada fundo, o desempenho de cada um, e o tipo de investimento, títulos públicos, renda fixa (com rentabilidade positiva), renda variável (com rentabilidade positiva) e investimentos no exterior (com rentabilidade negativa); afirmou ainda que houve compra de títulos públicos no mês, apresentando também as movimentações ocorridas no mês. A assessora explicou que tudo foi verificado pelo Conselho Fiscal que pode consultar cada nota fiscal apresentada de contratos e compras diretas. No Relatório Gerencial verificou-se de forma resumida tudo que foi apresentado pela assessora Fabíola, iniciando pelo acompanhamento da taxa de administração, que por prudência, está sendo utilizada a taxa de 1,5%, e a execução orçamentária a saber, as receitas previdenciárias e administrativas, as despesas previdenciárias empenhadas e as administrativas empenhadas; o resultado financeiro e o estornado. Com a apresentação dos gráficos de foi possível acompanhar o posicionamento do mês de janeiro, considerando que estamos no início do ano. No gráfico da meta atuarial verificou-se que não foi possível atingir a meta proposta de IPCA +5,50%a.a, chegando a meta negativa de - 38,21% devido ao mercado apresentou-se muito volátil durante o mês, como muitas oscilações que acabaram interferindo na meta que encerrou abaixo do planejado, sendo que no geral a renda fixa contribuiu positivamente para os investimentos do Instituto. A carteira no exterior foi influenciada pela Guerra na Ucrânia, e foi a diversificação que contribuiu um pouco com a carteira. Foi explicado que a partir de janeiro/22 todos os meses haverá a apresentação do



relatório de investimentos, para que os conselheiros possam aprofundar o entendimento referente aos investimentos, movimentação e desempenho da carteira, além dos enquadramentos dos limites legais de investimento, encerrando com a ata e o parecer do conselho fiscal. Aberta a votação, o balancete foi aprovado conforme parecer do Conselho Fiscal por unanimidade. 3- Adequação da política de investimento a Resolução 4963/21. O Conselheiro Fiscal Amauri explicou que devido as alterações da resolução, foi necessária a adequação da política de investimento, sendo o prazo final para as adequações 31/03/22. Foi encaminhado no dia anterior o relatório da política de investimento adequada e apresentado apenas as alterações relevantes. Com a saída do assessor Vanderlei a assessora Fabíola o substituiu, esclarecendo o conselheiro Amauri que a maioria dos conselheiros possuem certificação. Quanto a meta de investimento a proposta é de IPCA +4,83. Explicou sobre as alocações de investimentos, com as alterações e os limites, além dos enquadramentos legais. A conselheira Luciene questionou se os investimentos têm a garantia do FGC, sendo respondido pelo conselheiro que sim, depois esclareceu que por serem pessoas físicas possuem regulamentos próprios e não possuem o fundo garantidor. Aberta a votação, a Política Anual de Investimentos 2022 foi aprovada conforme parecer do Conselho Fiscal por unanimidade. 3- Informes. O advogado Francisco Caluza relatou que foi instaurado um Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta da servidora aposentada por invalidez Lindinalva S. Silva, considerando que a servidora não atendeu as convocações de avaliação médica, que devem ser feitas periodicamente até que o aposentado por invalidez atinja a idade de 60 anos, destacou o advogado que tendo conhecimento que a servidora reside no estado da Bahia foi permitido que esta encaminhasse os laudos médicos, entretanto a servidora não procedeu o encaminhamento. No ano de 2020 foi suspenso o benefício da servidora e diante da ausência de avaliação médica foi solicitada a instauração do PAD. Durante o processo disciplinar a servidora foi ouvida remotamente, que decidiu pela cassação da aposentadoria por invalidez, assim a servidora deverá retornar ao trabalho, podendo ser demitida caso falte, ou ser avaliada novamente, se apresentar a documentação médica. O advogado explicou que não haverá necessidade de ressarcimento, pois a cassação ocorreu por ausência em inspeção médica, esclarecendo que o ressarcimento somente ocorre quando há fraude, dolo ou má fé do servidor. A presidente anunciou que de 26 a 28/04/2022 ocorrerá um Congresso da Apeprem, sendo informado que o IPMJ encaminhará 8 ou 9 pessoas, esclarecendo que serão ofertadas duas vagas, além da vaga ofertada para a conselheira Adriana, inicialmente foi sugerido o sorteio, as conselheiras Renata e Danielle manifestaram interesse, sendo estas escolhidas para preencher as vagas, o conselheiro Victor irá representando o CAIF. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 10h55. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária _____ lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois. *****

PRESIDENTE

Rossana Vasques



CONSELHEIROS

Adriana Cristina de Souza Faria

Carlos Augusto Zani

Danielle de Paula

Dayane Lisboa Azevedo

Edvaldo Ferreira

José Ricardo Vinhas

Lucieni Cristina Galvão Lázaro

Márcia Ap de Siqueira Arnaldo

Sueli da Silva Alves da Cruz

Bráulio Elieser Santos da Silva

Renata Ramos Vieira

Reynaldo Bueno Prianti Neto

Victor Adriano Vieira Silva